

QUESTÕES DE GÊNERO E A EXPERIÊNCIA DA LOUCURA NA ANTIGUIDADE E NA IDADE MÉDIA

*Rosimar Serena Siqueira ESQUINSANI**
*Jarbas DAMETTO***

RESUMO: A loucura assume, em cada período histórico, uma conotação específica vinculada à organização social vigente, que pronuncia discursos, traça procedimentos e destaca tratamentos e lugares sociais para os acometidos. Com base nesta premissa, desenvolveu-se uma pesquisa com base em revisão bibliográfica temática, objetivando apreender alguns sentidos e interpretações para a experiência do enlouquecimento na cultura ocidental, perpassando a Antiguidade e o mundo medievo. Como objeto de exame, o texto aborda discursos que apontaram o sexo feminino enquanto especialmente predisposto a este mal, revelando a ligação entre relações de gênero, os discursos pronunciados e a loucura, termo que, grosso modo, abarca um vasto leque de experiências ligadas a falhas da faculdade da razão e aos comportamentos inabituais ou transgressivos.

PALAVRAS-CHAVE: Loucura. Relações de gênero. Antiguidade. Idade Média.

A loucura¹ acompanha a humanidade desde seus primórdios assumindo, em cada período, uma conotação específica vinculada à sociedade vigente, que pronuncia discursos sobre tais perturbações, bem como traça procedimentos a serem

* UPF – Universidade de Passo Fundo – Departamento de Educação. Passo Fundo – RS – Brasil. 99001-970 – rosimaresquinsani@upf.br

** FAT – Faculdade Anglicana de Tapejara. Tapejara – RS – Brasil. 99950-000 – jarbasdametto@ibest.com.br

¹ Não se pode escapar de alguns problemas ao se optar por um termo para designar tal experiência. Opta-se aqui por “loucura” por ser uma palavra que mantém ao longo do tempo o sentido aqui utilizado: a perda da razão, a imprudência e as condutas excêntricas, bem como o sofrimento e os entraves sociais daí provenientes. Atualmente, o termo se liga a psiquiatria, logo à “doença mental” ou “sofrimento

tomados e espaços para seus portadores, ora chamados de loucos, insanos, alienados, possuídos, pervertidos, excêntricos ou doentes, dentre outras denominações possíveis de acordo com os parâmetros aos quais cada época julgava o fenômeno. O texto, assim, empreende a retomada de alguns dos sentidos e interpretações acerca desta experiência subjetiva e social na cultura do ocidente, ao longo da Antiguidade e da Idade Média – considerando-se exclusivamente o quadripartismo (CHESNEAUX, 1995).

Analisando a questão a partir de olhares atuais, pode-se perceber que, naqueles contextos históricos, enlouquecer já seria em si desastroso, pelo precário esclarecimento em relação ao tema e pela falta de recursos terapêuticos para seu manejo. Mas quando o sujeito acometido pertencia ao sexo feminino, as concepções discriminatórias e opressoras em relação à mulher, místicas e supersticiosas do mundo antigo e medieval potencializavam o sofrimento a partir das relações de gênero. Como se pôde constatar, passar por esta experiência era absurdamente diferente para o homem e para a mulher, uma vez que a ela muito pouco era tolerado, como afirmam as Escrituras, não era permitido nem “[...] que ensine nem que se arrogue autoridade sobre o homem; mas permaneça em silêncio. Pois o primeiro a ser criado foi Adão, depois, Eva [...]” (BÍBLIA, 2009, Primeira carta a Timóteo, 2, 13-14, p.1518).

Para além da existência social e moral, o próprio corpo feminino era envolto por tabus de toda ordem, sobretudo no tocante a sua constituição e as diferentes funções de seus órgãos, abrindo flancos para as mais diversas interpretações sobre o que ocorria com o corpo feminino e para a associação deste à loucura.

Laqueur (2001), em obra destinada a estudar o estabelecimento cultural da diferença entre os sexos, assinala a histórica ideia acerca da constituição do corpo feminino, em especial dos órgãos reprodutivos, como sendo um corpo masculino ao contrário, ao avesso. Assim a vagina, nada mais é do que um pênis invertido (LAQUEUR, 2001). De igual forma Pegoraro e Caldana (2008) apontam que, “[...] registros que remontam ao Egito Antigo atribuíam ao interior do corpo da mulher uma condição de malignidade, pela presença do útero e pelas particularidades desse órgão, que, ao deslocar-se pelo corpo, produziria sintomas semelhantes aos atribuídos ao quadro atual de histeria².” (p.84-5). Resquícios de tal ideia, persistiram

psíquico”, no entanto, designar, hodiernamente, algum paciente como “louco” seria eticamente impróprio, dada a conotação pejorativa historicamente vinculada ao termo e a própria experiência.

² A histeria, atualmente denominada “Transtorno dissociativo de conversão” é um quadro em que podem ocorrer paralisias, amnésias, estados de transe, movimentos involuntários, perda da consciência de si, perdas sensoriais, estados semelhantes a convulsões, dentre outros sintomas. Sua origem é psicogênica, não havendo achados orgânicos que justifiquem os sintomas. Como mencionado acima, tal afecção foi concebida por milênios como um problema que só afetava mulheres, algo originado da

até as portas do Século XX, quando ainda se considerava a histeria como um problema exclusivamente feminino.

A retomada histórica da questão da loucura mostra-se conveniente na medida em que viabiliza a desnaturalização do problema, expondo os vínculos existentes entre as suas diversas interpretações e os preceitos éticos e morais de cada época, assim como os preconceitos sexistas em relação ao tema exposto, e os discursos e práticas daí resultantes.

Para tal retomada, o texto utiliza-se de alguns estudos sobre a loucura ao longo da história, focalizando conceitos, ideias e procedimentos relativos a ela. O termo loucura, *grosso modo*, abarca um vasto leque de experiências ligadas a falhas da faculdade da razão e aos comportamentos excêntricos. Nesta revisão de literatura foram priorizadas algumas das obras que tratam da questão a partir das relações de gênero e/ou da história com foco no mundo antigo e medieval.

Entretanto, o texto assume sua limitação ao tratar do conceito de gênero, justamente por saber de seu histórico e caráter polissêmico, uma vez que

O uso do conceito de gênero se tornou cada vez mais generalizado no campo intelectual brasileiro e, embora, ainda que parcialmente, esteja sendo usado como sinônimo dos estudos de mulheres, entendo que instaurou uma nova metodologia de análise por muitos de seus usuários do campo intelectual brasileiro. (MACHADO, 1998, p.107-108).

Assim, ao utilizarmos o termo gênero, sabemos que estamos realizando uma opção política de considerarmos gênero como um termo de designação social com base nas diferenças entre os sexos. Entretanto, como o gênero transcende a semântica e aloca-se em uma nova definição do trato com o feminino, optamos por manter o termo.

Por fim, no momento em que se tratar de uma revisão de literatura, o ineditismo do texto aponta para dois horizontes: o primeiro consubstanciado pelo recorte temático vinculando a loucura ao feminino e às relações de gênero no mundo antigo e medieval; o segundo horizonte forjado pela didatização dos achados, organizados de forma linear, mas procurando manter a criticidade inerente à produção científica.

suposta fraqueza e incompletude orgânica e moral atribuída ao sexo feminino, e ao órgão que lhe é próprio, o útero, em grego, *hystéra*.

As expressões da loucura na Antiguidade

Na Grécia Antiga, até os tempos pré-socráticos (séc. VII-V a.C.), não havia uma noção estruturada de “natureza humana”, de modo que as perturbações que acometiam as ações e a razão também recebiam interpretações inarticuladas, envolvendo fatores diversos, como a vontade dos deuses e seus mediadores, a iniciativa dos homens e os caminhos traçados pelo destino. O homem descrito nos tempos homéricos, embora dotado das diversas funções mentais (*thymos*, espécie de alma que faz a mediação entre o corpo e a sua vida externa), não possui plena autonomia, ele é compreendido como subordinado a um controle transcendente. Logo, não há espaço para a culpa e o remorso ante as ações imprudentes resultantes da *atê*, estado ou agente intermediário perturbador da razão regido por um ser mítico. “Enquanto *atê*, a loucura é, assim, um instrumento de resgate da ordem, que algum homem rompeu. Não se exerce qualquer vingança sobre a loucura. Ela mesma é a vingança, o instrumento de restauração da ordem, do destino.” (PESSOTTI, 1994, p.18).

A loucura nos tempos de Homero não era concebida como uma doença ou um desequilíbrio, sua etiologia remetia diretamente à mitologia, assim sendo, um estado dessa natureza não deixava qualquer seqüela após ser superado, geralmente por meio da expiação ou reparação mediada por agentes externos, que restabeleciam a ordem transgredida pelo homem e promoviam maior autoconhecimento. Já nos textos trágicos, como os de Eurípides, Ésquilo e Sófocles, a loucura é tema recorrente e apresenta-se de outro modo, sendo que sua “etiologia” a liga à vergonha e ao erro, logo, seu antônimo é a *sophrosyne*, a prudência. “Nas peças trágicas [...] a interferência da divindade cede gradualmente o papel de causa aos conflitos e paixões, ao entrechoque entre os desejos e a norma ética.” (PESSOTTI, 1994, p.46).

A tragédia ensina que a transgressão das interdições socialmente estabelecidas – normas e leis – requer reparação. Do contrário, a vida social entraria em colapso [...] É justamente a idéia de erro que evidenciará a consciência moral do homem trágico. Ela indica a necessidade da reparação dos excessos cometidos, pois toda mancha ou erro exige reparo por parte de quem o comete. A reparação vincula-se a idéia de *katharsis*, ou seja, ao expiar seu erro, o indivíduo purifica-se de sua culpa, o que implica, por sua vez, sofrimento. A reparação feita através da catarse possibilita ao indivíduo uma aprendizagem que indica como ele deve passar a agir em tais circunstâncias. (CENCI, 2001, p.4-15).

Embora a intenção dos autores trágicos não fosse a descrição pormenorizada de quadros de loucura, muito menos uma teorização sobre esses, vários personagens

apresentam verdadeiros quadros clínicos psicopatológicos (fazendo-se sobre esses uma análise com os parâmetros psiquiátricos atuais) e mostram uma interpretação diferenciada em relação aos escritos que os precederam, incorporando a ela novos elementos e a categorizando conforme sua gravidade, indo da simples inconsequência até o delírio e a alucinação. (PESSOTTI, 1994).

A tragédia *Medéia*, de Eurípidés, apresentada pela primeira vez em 431 a.C., presta-se muito bem ao exemplo, quando aponta a ira feminina – louca –, como a responsável por tirar do herói Jasão seu maior bem: sua descendência (OLIVEIRA, 2007). Também, vinte anos antes, em 458 a.C. Ésquilo havia apresentado sua trilogia *Orestia*, composta pelas tragédias *Agamêmnon*, *Coéforas* e *Eumênides*, em que os devaneios femininos eram os responsáveis pelas tragédias, afirmando que “o coração ilude muito as mulheres” (ÉSKUÍLO, 1964, verso 680), assim como o sentimento de culpa que alucinava o protagonista Orestes, perseguido por seres que lhe falavam aos ouvidos (as *Erínias*, substantivo feminino), em uma alusão ao que atualmente se considera um típico quadro psicótico.

A problemática da loucura, na Grécia Antiga, assume uma leitura radicalmente diferente da proposta por Homero e pela tragédia através de Hipócrates, que constrói sobre a perturbação psíquica uma abordagem “terrena”, abrindo mão de interpretações teológicas ou teológico-morais.

Hipócrates vai inaugurar um segundo período, que denominaremos proto-científico, reagindo contra a concepção religiosa das doenças mentais. Quatro séculos antes de Cristo, ele é o precursor autêntico da psiquiatria contemporânea [...]. Precursor da clínica psiquiátrica, quando descreve o delírio febril agudo (frenite), a mania, a melancolia, a epilepsia (mal sagrado) em suas crises convulsivas bem como em seus delírios. Precursor da gênese orgânica das perturbações mentais, quando as considera provenientes do alcoolismo e da gravidez. Precursor da unidade psicossomática, atribuindo a gênese das perturbações mentais não mais às influências divinas, mas aos mecanismos dos humores [...]. Enfim, precursor da terapêutica psiquiátrica, quando, repudiando os exorcismos e os encantamentos, preconiza os processos físicos (purgações, sangria, vômitos, dieta e exercícios) ou espirituais: tais como a mudança de lugar, as viagens e a música. Chega a ser anunciador da psicofarmacologia, ao defender o uso do heléboro e da mandrágora. (MICHAUX, 1973, p.5-6).

O abandono de uma interpretação sobrenatural, adentrando em uma concepção organicista da loucura, não pressupõe o abandono da metafísica ou de todos os pressupostos de origem mítica. Sua análise dos fenômenos orgânicos não se enquadra nos modelos científicos recentes, sua observação não é metódica

como nos estudos empreendidos a partir da modernidade. Hipócrates se manteve fiel aos modelos e idéias advindas de filósofos pré-socráticos, como Empédocles, por exemplo, que lhe serviram de base para suas teorizações acerca da etiologia das afecções da mente. A concepção de loucura como originada no organismo acaba por inviabilizar uma terapia propriamente psíquica, cujos pressupostos já se insinuavam nas tragédias (a *catarse* em sentido moral, por exemplo). Hipócrates propôs uma visão laica da loucura, a loucura como *doença*, em que “[...] os processos afetivos, os conflitos passionais deveriam continuar assuntos privativos de filósofos ou poetas ou, ainda, sacerdotes. O cérebro, lesado por desequilíbrios humorais, é o órgão da loucura” (PESSOTTI, 1994, p.51), logo, seu tratamento compreende dietas e purgações que ponham para fora, ou em seu devido lugar, os humores que provocam o transtorno. As diversas terapias, mesmo parecendo conter em si pressupostos psicológicos, visavam a um tratamento físico, uma espécie de limpeza do organismo.

Dentro desta perspectiva, um transtorno de causa eminentemente emocional era considerado como uma falsa doença, tal qual descrição presente em Areteu da Capadócia (séc. II e III d.C.), que trata de uma cura de um quadro melancólico através do amor, em que, segundo ele, embora parecesse uma doença, esta deveria ser concebida antes como uma desilusão amorosa, desfeita com a nova relação afetiva (PESSOTTI, 1994). Até este ponto da história, as diversas concepções da loucura mostram um quadro um tanto semelhante ao moderno, em que, embora elas sejam apresentadas como uma sequência evolutiva que chegaria a uma forma verdadeira de interpretação, há uma coabitação de todas as formas de entendimento na sociedade, com seus modos peculiares de tratamento, mas permanecendo a dificuldade de diálogo entre as diversas formas de avaliar o fenômeno, formas que, por vezes, rivalizam entre si.

Análises sobre a loucura posteriores a Hipócrates podem ser encontradas, por exemplo, em Platão, no *Timeu* e na *República*. Platão, ora adota francamente os pressupostos hipocráticos (no *Timeu*), ora desenvolve novas explicações para as afecções mentais, como foi o caso da divisão da *psyche* em três partes, uma afetivo-espiritual, outra racional, e outra apetitiva (n^o A República).

El alma, en condiciones idénticas, puede tener una gran cantidad de miserias que se deban al cuerpo. En efecto, cuando en un individuo, los humores que proceden de la pituita agria o salada, o bien los humores que son ácidos y biliosos, luego de haber andado errantes por todo el cuerpo, no encuentran por donde ser exudados al exterior y cuando, enrollando en el interior sus voltas, se mezclan y funden sus vapores con los movimientos del alma, producen en el alma gran diversidad de enfermedades, más o menos grandes y más o menos numerosas. (PLATON, 1963, p.204).

E prosseguia, informando que

[...] tal como a cidade está dividida em três corpos, também a alma de cada um tem três partes, poderá admitir-se, parece-me, outra demonstração [...] Se há três partes, parece-me que haverá também três espécies de prazer, cada um específico de cada uma delas. [...] Uma parte é aquela pela qual o homem aprende, outra, pela qual se irrita; quanto a terceira, devido a variedade de formas que ostenta, não dispomos de um nome único e específico, mas designamo-la por aquilo que nela é mais eminente e forte: chamamos-lhe concupiscência. (PLATÃO, 2001, p.425-426).

Esta concepção da *psyche* influenciou um grande nome da medicina greco-romana, Cláudio Galeno (131-200 d.C.), que descreveu três almas, uma sediada no cérebro (racional), uma no coração (irascível) e outra no fígado (concupiscível), e uma tríplice *pneuma* (psíquica, animal e física) espécie de sopro ou espírito, algo intangível que faz a ligação da alma com o corpo. Os humores de Hipócrates sofrem uma espécie de releitura em Galeno, que não abandona por completo seus pressupostos, mas passa a pensar uma vida psíquica incorpórea, com características próprias para além do orgânico. (PESSOTTI, 1994).

Este médico foi o que melhor distinguiu a loucura dos delírios resultantes de outras afecções, como as febres provocadas por diversas doenças. Ele possuía uma concepção de fisiologia bastante avançada em relação a Hipócrates, e não fixou sua interpretação em uma única variável, combinando entendimentos organicistas e mentalistas. Galeno manteve o orgânico como etiologia, mas reconheceu o mental como campo onde esse desequilíbrio tem suas manifestações essenciais, onde o problema ganha forma. (PESSOTTI, 1994).

Como síntese, pode-se delimitar três modos de conceber a des-razão na Antiguidade. Um modelo mitológico, um psicológico e um organicista, que se diferenciam conforme as premissas epistemológicas (veladas) adotadas na elaboração das concepções. Não se estruturaram como três *teorias* diferentes, apenas como três pontos de partida para a interpretação de um mesmo fenômeno. No decorrer da história há teorias diversas que utilizam esses mesmos pressupostos: o **sobrenatural**, como nas doutrinas demonistas da Idade Média; o **psiquismo**, como na psicanálise; e o **organismo**, como nas teorizações dos primórdios da psiquiatria científica (PESSOTTI, 1994).

Idade Média: a doutrina demonista da loucura

A identificação da loucura com a possessão demoníaca – interpretação comum na Idade Média e também no Renascimento, tem suas origens nos primórdios do cristianismo, sendo que a mitologia demonista está presente já nos primeiros séculos da era cristã, sendo uma herança de crenças pagãs pré-existentes (PESSOTTI, 1994). E, em grande medida, influenciada por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino (PESSOTTI, 1994) e consubstanciada por aparências e facetas transcendentais de caráter simbólico e supersticioso, mesclando religião e feitiçaria.

No geral pobres e de origem rural, as chamadas bruxas apresentavam condutas estranhas, indicativos de possessão demoníaca. Algumas dessas condutas assemelhavam-se a quadros, atualmente, descritos como histeria, melancolia, mania, depressão ou ansiedade. Além dessas condutas, outras características dessas mulheres seriam suas competências ou poderes anormais frente à sua condição social dentro da comunidade. (PEGORARO; CALDANA, 2008, p.85)

Esta herança funesta opõe, diametralmente, a loucura à sanidade. A saúde, próxima a Deus. A loucura, vinculada ao demônio. Como aduz Ceccarelli (2005, p.472).

A visão medieval da loucura está intimamente associada, ou mesmo identificada, à possessão demoníaca. Esta perspectiva ganha espaço à medida que a hegemonia do cristianismo se impõe. Derivam-se daí, por exemplo, as lutas contra os hereges que, por insistirem em cultuar divindades “pagãs”, são vistos como encarnações do demônio.

A partir dessas construções mitológicas, houve um movimento de afirmação do poder ligado ao cristianismo, estabelecendo-se duas linhas evolutivas: primeiro, todas as divindades pagãs passam a ser tomadas como demônios; e segundo, todo dissidente do cristianismo passa a ser considerado um adepto ou instrumento do demônio, estando assim legitimada a perseguição e a intolerância religiosa (PESSOTTI, 1994).

Loucas ou bruxas por produzirem poções e realizarem rezas, simpatias e benzimentos, a vida destas mulheres também poderiam estar associadas a transgressões morais, como a prática da prostituição e do adultério (PEGORARO; CALDANA, 2008), ou ainda simplesmente por apresentarem comportamentos inadequados ou excêntricos para os padrões sociais vigentes, tratando-se de mulheres que, “não haviam se integrado à sociedade pelo casamento, procriação, produção

doméstica, convertendo-se em sobrecarga para a época” (PEGORARO; CALDANA, 2008, p.85).

As doutrinas demonistas atravessam toda a Idade Média, sustentadas por grandes nomes da teologia medieval, como Santo Agostinho (354-430) na Alta Idade Média; e Santo Tomás de Aquino (1227-1274) na Baixa Idade Média. Tais autores, cada qual a seu tempo, consideravam-se obras do demônio diversas sensações, tentações e revezes que acometiam os sujeitos, inclusive os religiosos. (PESSOTTI, 1994). Tais problemas poderiam ser propiciados pela ação da bruxaria e por rituais pagãos francamente combatidos, assim como pela fraqueza individual – pelo pecado. Dentre essas manifestações demoníacas encontram-se diversos quadros hoje compreendidos como psicopatológicos, como a depressão, a psicose e a histeria.

Quando se queimaram centenas de mulheres históricas ou psicóticas, ou simplesmente ignorantes e crédulas sob a acusação de estarem mancomunadas com o demônio ou possuídas por ele, a “teologia” que embasará os “julgamentos” e interrogatórios será basicamente a de Agostinho, consolidada e aperfeiçoada por Tomás de Aquino. Cuja decantada inteligência não lhe impedirá de adotar numerosas credences dos antigos Padres Apologistas. (PESSOTTI, 1994, p.87).

Parte considerável da literatura inquisitória e exorcista utilizou como base as ideias tomistas, e, através de tais escritos, difundiu o temor pela ação dos demônios e de seus comparsas humanos, atestando a onipresença dos perigos e das tentações demoníacas. (Idem). Sobre a Inquisição, Gomes (1996, p.154) aponta que,

[...] teve importante papel nas guerras religiosas do século XVI; ajudou a sedimentar a unidade religiosa que servia de base aos estados nacionais e à colonização; participou ativamente das tensões econômicas que marcaram o Antigo Regime. Acima de tudo, esteve presente no nível do cotidiano, submetendo crianças e afetos a um grau de controle jamais antes imaginado.

Atribuía-se à ação demoníaca uma série de comportamentos pouco usuais, o que lançou a população hoje concebida como doente pela psiquiatria dentro de categorias religiosas como a possessão ou a obsessão. No entanto, não se encontram raciocínios que coloquem a possessão como *causa* da loucura, tomando-a como um quadro específico, antes, toda a sintomatologia é a própria expressão do diabo, em uma espécie de inversão da leitura mitológica grega, em que a loucura era um produto da ação sobrenatural sobre a paixão humana. “Não se afirma algo como ‘posseço, portanto louco’, mas ‘louco, portanto posseço’”

(PESSOTTI, 1994, p.90), a loucura ganha tons maléficis em si, não havendo a possibilidade de uma leitura positiva deste estado, como ocorria na Antiguidade onde ela podia ser concebida como uma situação que visava à reparação de um dano e o alcance de uma condição de equilíbrio. Em tempos medievais, a loucura é necessariamente má, e o louco é passivo frente às forças demoníacas, bem como frente ao poder do exorcista, não havendo espaço para a autoconsciência. “A perda da razão ou o descontrole emocional agora têm a marca da condenação e da culpa. O louco passa a ser suspeito, a ser perigoso e, por isso, evitado.” (PESSOTTI, 1994, p.100).

Uma das obras mais conhecidas acerca das possessões demoníacas e da bruxaria, que apresenta indiretamente a interpretação teológica medieval da loucura é *Malleus Maleficarum*, de autoria dos dominicanos Heirinch Kramer (1430-1505) e James Sprenger (1436-1495), escrito em 1484, livro que toma os textos de Aquino como aporte teórico – ao sustentar que a mulher, desde a criação do mundo, é mais suscetível ao pecado –, e que serviu de manual às investidas da religião contra as bruxas, pessoas sobre as quais se cometeram as mais diversas atrocidades, ações que contribuíram para ligar a loucura à imoralidade.

Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura e, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente (KRAMER; SPRENGER, 1976, p.116).

Escrito por solicitação do Papa Inocêncio VIII, neste livro encontram-se diversas menções a quadros supostamente psicopatológicos, bem como a sintomas como a ilusão, o delírio e a alucinação, e curiosas observações acerca da sexualidade das bruxas, sendo que diversos capítulos referem-se a este tema. Importa lembrar ainda que não existem pactos demoníacos envolvendo homens, a não ser que estes sejam seduzidos e, ingenuamente, utilizados para a obra necessária à mulher/bruxa. Seguem abaixo fragmentos da obra que explicitam, primeiro, a interpretação demonista de sintomas psicopatológicos, e em seguida, as relações sexuais empreendidas pelas bruxas com o diabo:

E quando um homem que está acordado vê as coisas diferentes do que são [...] então seus sentidos externos estão sendo iludidos e são empregados pelos sentidos internos. Pois, pelo poder do diabo, com a permissão de Deus, imagens mentais há muito guardadas no tesouro de tais imagens que é a memória, são evocadas

não pelo entendimento intelectual onde estão guardadas essas imagens, mas pela memória que é o repositório de imagens mentais e está situada na parte de trás da cabeça, e são elas apresentadas à faculdade imaginativa. [...] Assim é levada a pensar que vê com seus olhos externos tal animal, quando na realidade não existe tal animal para ser visto, mas parece ser assim por causa da força impulsiva do diabo obrando por meio dessas imagens. (KRAMER; SPRENGER, 1976, p.70).

Nenhuma regra infalível pode ser estabelecida a este respeito, mas existe uma distinção provável: que uma bruxa ou é velha e estéril ou não é. E se ela o é, então ele naturalmente se associa à bruxa sem injeção de esperma, desde que isso seria inútil e o diabo evita tanto quanto possível tudo o que é supérfluo em suas obras. Porém, se ela não é estéril, ele dela se aproxima na forma de um deleite carnal que é procurado pela bruxa. E se ela estiver predisposta à gravidez, então ele se apossa devidamente do sêmen de algum homem, e não tarda em se aproximar dela com a finalidade de infectar sua descendência. (KRAMER; SPRENGER, 1976, p.58).

O referido livro está repleto de problemáticas de ordem sexual, sejam elas de cunho puramente fantasioso, como o trecho citado acima, sejam problemas reais, como é o caso da impotência sexual, que recebia este mesmo tipo de interpretação (há um capítulo relativo a isto), neste caso, imbuindo de culpa a figura da bruxa que, muitas vezes, era uma jovem que não retribuiu os apelos amorosos de seu admirador, e que promoveu uma extirpação fictícia, via feitiço, do órgão fállico. Esta atenção dada à influência da bruxaria sobre a sexualidade, bem como a descrição e algumas possessões (em que o demônio se apossa do corpo) ou obsessões (em que o demônio influencia o pensamento e as ações do sujeito), remetem a quadros clínicos descritos pelas ciências da mente, em especial, a quadros de histeria.

Todavia, a mentalidade opressora da antiguidade cristã fez-se presente também no período medieval, mentalidade que em nada se preocupava com o sofrimento feminino, mas centrava esforços em refrear os seus impulsos sexuais, sobretudo através da demonização, pois “[...] mesmo nas velhas, a presença de todo um clamor desejanste e de inevitáveis atribuições fállicas faz de todas as bruxas figuras sexualizáveis por excelência. Como fator chave na diabolização da mulher, a sexualidade feminina.” (DELUMEAU, 1989, p.327.).

Szasz (1979), ao analisar a questão da concepção de bruxaria como uma interpretação errônea de um quadro psicopatológico que depois seria denominado como histeria, considera a função moral do suplício das bruxas na Idade Média, sobre o qual ele pondera que não seria uma má interpretação de uma doença, pois, primeiramente, não haveria neste período uma medicina capaz de comportar este

transtorno em sua nosologia, e segundo, a racionalidade da época não é a mesma dos tempos científicos. Ele afirma que

O interesse pelas atividades sexuais das bruxas era uma contrapartida, uma imagem especular da atitude oficialmente anti-sexual da Igreja Católica. A tortura e a queima das bruxas deve ser vista à luz da visão teológica do mundo medieval, segundo a qual o corpo é fraco e pecador, e o único objetivo que vale a pena ser atingido pelo homem é a salvação eterna de sua alma. (SZASZ, 1979, p.166-7).

Neste sentido, o uso da tortura, permitido no intuito de se obter uma confissão, foi legitimado pelo papa Inocêncio IV, em 1252, e era aplicada sempre que se suspeitasse de uma confissão, ou quando esta fosse contraditória com as demais provas recolhidas (vale lembrar que um único testemunho de atividades da suposta bruxa já era condição suficiente para instauração de um inquérito).

Tal prática tinha uma conotação sexual quase explícita, basta verificar a prática de interrogar as supostas bruxas sempre despidas. Aliás, a nudez feminina é um fascínio para os inquisidores. A quase totalidade das gravuras sobre o assunto mostra corpos femininos desnudos, bem como “os processos de bruxaria tinham um considerável enfoque nos corpos das bruxas: elas eram desnudadas à procura de um sinal que as pudesse recriminar” (ZORDAN, 2005, p.335).

A condição de bruxa forjou uma leva de bodes expiatórios, sobre os quais se aplicam as punições exemplares em prol de uma conduta moralmente adequada e da salvação comum (processo que se repete nas diversas sociedades, mudando os sujeitos focalizados e os procedimentos tomados), onde a única interpretação viável, na época, era a teológica, que constituía a racionalidade dominante (SZASZ, 1979, p.167).

Queimar corpos humanos na fogueira era um ato simbólico que expressa a adesão às regras oficiais do jogo. Essa afirmação dramática e ritualizada da fé assegurava a existência continuada de uma importante ficção ou mito social. Queimar bruxas acusadas durante a caça às bruxas pode ser, portanto, comparado à destruição de bebidas confiscadas na época da Lei Seca. Ambos os atos expressavam o reconhecimento oficial a uma regra que poucas pessoas na verdade seguiam.

Szasz (1979) traça um paralelo entre a bruxaria e a doença mental, em que, de forma semelhante, ninguém se intitulava bruxa, do mesmo modo que ninguém assume de bom grado ser um doente mental; esses dois processos se fazem de fora, são atributos imputados pelo discurso oficial da sociedade, e que implicam sérias restrições ao sujeito assim classificado. Continuando a comparação, os sujeitos

tomados como bruxos eram em sua maioria mulheres pobres, velhas e fracas, raros eram os casos em que homens, assim como pessoas de alto nível social, eram condenados por bruxaria; do mesmo modo, as ações mais incisivas da psiquiatria se deram (ou se dão) sobre sujeitos desamparados socialmente, “[...] as pessoas bem informadas e ricas atualmente podem proteger-se melhor de serem diagnosticadas como mentalmente doentes contra sua própria vontade e de serem tratadas por isso com uma lobotomia.” (SZASZ, 1979, p.169).

Importante lembrar que *lobotomia* é um procedimento cirúrgico irreversível em que partes do cérebro, como o lobo pré-frontal, são desconectadas através de incisões feitas através de orifícios no crânio, pelo nariz ou pela órbita ocular. Este procedimento foi amplamente utilizado em pacientes psiquiátricos que apresentavam comportamentos impulsivos em meados do século XX, sendo que hoje está em desuso frente à ampla gama de efeitos indesejáveis como perda cognitiva e perda de controle emocional que pode provocar, e pelo desenvolvimento de tratamentos medicamentosos mais eficazes (HOLMES, 1997). Os problemas éticos de tal procedimento também participaram de seu abandono enquanto técnica terapêutica, sendo que raramente ela era realizada com consentimento do paciente.

O problema do olhar medieval sobre a loucura não era a falta de um escopo clínico sobre as mulheres acusadas, o que naquele contexto nem poderia acontecer; trata-se antes de uma condição correlata a que a mulher histérica do século XIX e início do século XX sofria, ou seja, condição de amplas sanções sociais. Considerando-se as peculiaridades de cada tempo, as histéricas da medicina de pouco mais de cem anos atrás eram submetidas a processos semelhantes aos aplicados às bruxas, onde, no lugar do temido interrogatório do religioso e da fogueira, tem-se o escrutínio do médico, e as frequentes internações em sanatórios. Nos dois casos, há a problemática da **dominação**, oficialmente determinada e exercida como algo natural, e da **submissão cotidiana**, que vinculou a feminilidade a uma aceitação dócil de sua condição supostamente inferior, condição em que a bruxaria ou a histeria serviram de **linguagem** a um discurso subversivo, que denuncia a opressão (SZASZ, 1979). Discurso este que a Psicanálise, no início do século XX, buscou decifrar, apontando outros destinos possíveis para a vida desses sujeitos, antes condenados a restritas experiências sociais, sempre pautadas por sua condição e pelos precários meios de contenção do mal que as afligia (BIRMAN, 2001).

A visão demonista da loucura fez-se ainda fortemente presente no Renascimento, porém deu lugar gradativamente a um olhar diferenciado sobre o fenômeno: a loucura é ligada ao fantasioso, à criatividade, ao prazer, à liberdade, ao cômico e à vida cotidiana. Como aponta Foucault (2005), no Renascimento a loucura zomba da morte, risco iminente que assombrou a Idade Média com a lepra e a peste. A ironia vem suprimir o medo e a fantasia se mostra ao homem desta época

mais interessante que a própria realidade. A loucura retratada por Erasmo (2000) não se reveste do caráter trágico presente em outras épocas e em seus contemporâneos. “Ela governa tudo o que há de fácil, de alegre, de ligeiro no mundo. É ela que faz os homens ‘se agitarem e gozarem’, assim como os deuses.” (ERASMO, 2000, p.23). “A loucura não diz tanto respeito à verdade e ao mundo quanto ao homem e à verdade de si mesmo que ele acredita distinguir.” (ERASMO, 2000, p.25); trata-se de uma loucura desarmada, em que a libertação de suas vozes domina sua violência, torna-a cômica, de presença tolerada à medida que serve ao riso do sábio, que se deleita com sua imagem em negativo.

O irracional enquanto experiência tolerável ou privilegiada teve vida curta, sendo enclausurado na medida em que a racionalidade moderna foi sendo assumida como **A Razão**, única forma válida de obtenção de conhecimento. Não existirá na loucura forma alguma de saber a ser revelado, pois o saber tem sua fonte no bom uso da faculdade da razão. Descartes irá emparelhar a loucura a todas as formas de erro, e oporá o louco ao ser pensante. Se penso, não posso estar louco, e se **penso, logo existo**, então, existirá ou qual será o lugar do não pensante ou do impensado, enfim, do louco e da loucura? (FOUCAULT, 2005).

Considerações finais

Há milênios a loucura é emparelhada ao feminino, ao corpo, à moral e aos atos desse gênero, alvo das mais diversas restrições. Não a troco de nada, tal substantivo é feminino em português, inglês, alemão, espanhol, francês e italiano, até onde nos demos o trabalho de buscar. E se a loucura é mulher, e a expurgação da mesma vem através do corpo feminino, fenômeno que persiste para além da Idade Média, e que se faz presente também fora dos perímetros do Mundo Ocidental:

Cinco mulheres foram despidas, espancadas e forçadas a comer excrementos humanos por moradores de um vilarejo na Índia após serem acusadas de bruxaria [...] Correspondentes da região dizem que o abuso a mulheres acusadas de bruxaria é relativamente comum na Índia [...] Um grupo de 11 moradores, incluindo seis mulheres, foi indiciado pelo ataque. Quatro pessoas foram presas [...] Segundo a polícia, os moradores de Pattharghatia acreditam que certas mulheres no vilarejo são possuídas por um “espírito santo” que pode identificar as pessoas que praticam bruxaria. “Essas mulheres recentemente identificaram cinco mulheres do vilarejo como bruxas que estariam praticando feitiços que estariam trazendo problemas para a área”, disse um policial. As mulheres foram então retiradas à força de suas casas, arrastadas até o playground e espancadas [...] Centenas de pessoas, em sua

maioria mulheres, já teriam sido mortas no país por terem sido identificadas como bruxas por seus vizinhos. Especialistas dizem que crenças supersticiosas estão por trás dos ataques, mas que há ocasiões nas quais as pessoas, especialmente as viúvas, são alvos dos ataques para a apropriação de suas terras e de suas propriedades.³

Diversos quadros de loucura no mundo antigo e medieval remetem ao que hoje se concebe como sofrimento psíquico, como histeria, neuroses ou psicoses, sendo que foram, com frequência, interpretados com possessões, obsessões e depravações, salientando-se a conotação sexual que permeava o olhar de quem julgava o fenômeno.

O corpo feminino foi, reiteradas vezes, considerado morada para toda sorte de loucuras sendo que, no contexto em estudo, a loucura transcendia qualquer parâmetro de ciência. As loucas eram espancadas; as bruxas eram queimadas, e seu corpo era depositário para as consequências do sofrimento e para a ostentação do rigor moral, pois vigorava a ideia de que a condição feminina era, em si, maléfica: “mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina” (TERTULIANO, 160-225 apud DELUMEAU, 1989, p.316).

Os discursos prenotados pela Antiguidade e Idade Média sublinharam a ideia de indexação do feminino ao pecado original e a perdição da humanidade, reeditando em cada mulher com conduta alheia ao socialmente esperado, o perfil de uma Eva/Pandora. Sofrer fazia, então, parte do papel feminino, visto a necessidade de expiar a perdição de suas antecessoras, bem como contrapor seus efeitos sobre o desejo masculino, ponto este, em que a fraqueza carnal masculina era amplamente projetada sobre o corpo feminino, responsabilizando-o por qualquer ação irracional proveniente deste desejo.

Neste aspecto as manifestações da loucura, consideradas como “aquelas manifestações do funcionamento psicológico que aparecem tanto na pessoa que os experimenta ou aos olhos do observador, como anormais” (NEMIAH, 1981, p.238) foram utilizadas como **limpeza de gênero** na Idade Antiga, na Idade Média e parte da Idade Moderna (considerada a extensão temporal da Inquisição), onde o comportamento indesejado ou excêntrico, muitas vezes fruto do sofrimento individual e das dificuldades sociais serviram de pretexto para a afirmação de um arquétipo masculino e de uma normalidade considerada a partir de valores políticos e econômicos vigentes.

³ Notícia *Espancamento de “bruxas” em vilarejo choca a Índia*, capturado do site: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/multimedia/2009/10/091021_india_espancamento_video_rw.shtml>.

GENDER QUESTIONS AND THE EXPERIENCE OF MADNESS IN ANCIENT TIMES AND MIDDLE AGES

ABSTRACT: *Madness embodies, in different historical periods, a specific connotation linked to the existing social organization, which imposes speeches, outlines procedures and treatments and defines social places for those affected by it. Based on this premise, we developed a research which proposes a thematic bibliographic review, aiming at learning meanings and interpretations of the experience of madness in Western culture, focusing on the ancient and medieval times. As the object of examination, the article addresses discourses that depicted women as especially prone to this illness, revealing the connection between gender relations, imposed speeches and madness, a term that covers a wide range of experiences related to different failures of the faculty of reason and unusual or transgressive behaviors.*

KEYWORDS: *Madness. Gender Relations. Ancient times. Middle Ages.*

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento à pesquisa em tela.

Referências

BÍBLIA. N.T. Primeira carta à Timóteo. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. 4.ed. São Paulo: Ed. Ave Maria, 2009. p.1518.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CECCARELLI, P. O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.3, p.471-477, set./dez. 2005.

CENCI, Â. V. **O que é ética?** elementos em torno de uma ética geral. 2.ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

CHESNEAUX, J. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** sobre a história e os historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ERASMO, D. **Elogio da loucura**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ÉSQUILO. **Agamêmnom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FOUCAULT, M. **A história da loucura: na Idade Clássica**. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOMES, P. J. F. Brincando com fogo: o acervo do Santo Ofício como fonte (só) para historiadores. In: MALERBA, J. (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996. p.153-169.

HOLMES, D. S. **Psicologia dos transtornos mentais**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum: manual de caça às bruxas**. São Paulo: Ed. Grupo Três, 1976.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, n.11, p.107-125, 1998.

MICHAUX, L. **Os graus da loucura: seus sintomas e seus remédios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

NEMIAH, J. C. **Fundamentos da psicopatologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, F. R. de. **Medeia: Eurípides**. São Paulo: Odysseus, 2007.

PEGORARO, R. F.; CALDANA, R. H. L. Mulheres, loucura e cuidado: a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.2, p.82-94, jun. 2008.

PESSOTTI, I. **A loucura e as épocas**. São Paulo: 34, 1994.

PLATON. **Timeo**. Buenos Aires: Aguilar, 1963.

PLATÃO. **A República**. 9.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

SZASZ, T. S. **O mito da doença mental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZORDAN, P. B. M. B. G.. Bruxas: figuras de poder. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.2, p.331-341, ago. 2005

Recebido em: 11/04/2011

Aprovado em: 30/09/2011